

**ATA 2061ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, às nove horas e quarenta
2 minutos, realizou-se a segunda milésima sexagésima primeira reunião Plenária
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda
4 Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 14 (quatorze) conselheiras/os, sendo
5 estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Guilherme Rodrigues Raggi
6 Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozinetti Gonçalves, Monalisa Muniz
7 Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Suely Castaldi Ortiz
8 da Silva, Beatriz Marques de Mattos, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo
9 Souza, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Mary Ueta e Rodrigo Fernando Presotto.
10 conforme lista de presença anexa, onde constam os registros de horários de ingresso
11 e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária
12 Ordinária, de 13 de maio de 2017. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**
13 **Justificativas de Ausência** – Foram registradas as justificativas de ausência das/os
14 demais conselheiras/os: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn
15 Sayeg, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Rodrigo Toledo, Vinicius Cesca de Lima,
16 Beatriz Borges Brambilla, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ivani Francisco de Oliveira,
17 Magna Barbosa Damasceno, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri e
18 Maurício Marinho Iwai. Foi registrada também, a presença da gestora da Subsede Vale
19 do Paraíba e Litoral Norte, Danielle Prado Nepomuceno e das Convidadas da Subsede
20 Metropolitana Zilma Silva dos Santos Nascimento e Jumara Sílvia Van De Velde. **1.2)**
21 **Quórum mínimo das Plenárias** – Luciana Stoppa dos Santos informa que circulará na
22 plenária a pasta para que as/os conselheiras/os possam se indicar a compor quórum
23 para as plenárias éticas. Recorda que encaminharam ao Conselho Federal de
24 Psicologia (CFP) o pedido para que fosse alterado o quórum mínimo das plenárias-
25 alteração do artigo 49 da Resolução CFP nº 0016/2001 (Regimento Interno do CRP
26 SP). Assim, é preciso verificar se já deram retorno sobre a solicitação deste CRP SP.
27 Sobre as plenárias éticas, pontua que o plenário, neste ano, não poderá cancelar
28 plenárias por falta de quórum, tendo em vista os gargalos dos processos éticos.
29 **Encaminhamento:** A Secretaria deverá verificar se a solicitação já foi encaminhada ao
30 CFP. Caso tenha sido, deve-se cobrar resposta ao pedido; caso não tenha sido

31 enviado, deve ser encaminhado, com urgência. **1.3) Retorno de Licença de mandato**
32 **do conselheiro Mauricio Marinho Iwai** – Suely Castaldi Ortiz da Silva informa que o
33 conselheiro Maurício Marinho Iwai comunicou o retorno de sua licença do mandato de
34 conselheiro. **1.4) Avaliação de Desempenho** – Suely Castaldi Ortiz da Silva recorda
35 que, de acordo com o novo PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salários, há um novo
36 modelo de avaliação de desempenho. Esta semana, esteve no CRP SP, Marlei
37 Cezário, da Consultoria Véli, que foi a empresa responsável pela construção desse
38 novo PCCS. A adesão a esse novo plano foi feita por praticamente todos os
39 funcionários – apenas um funcionário não aderiu. Encerraram há pouco, com atraso,
40 um processo de avaliação de desempenho ainda no modelo anterior. Informa que o
41 coordenador administrativo e financeiro, Diógenes Pepe, e a assessora, Neli Márcia
42 Ferreira (Márcia Barral) se reuniram com Marlei, para darem início ao novo
43 procedimento de avaliação. Neli Márcia conta que a consultora esteve na última quarta
44 e quinta-feira, dias 09 e 10 de janeiro. A supervisora Zelma Linares também
45 acompanhou as conversas. Reuniram-se com todos em cargos de chefia, para
46 discutirem como seria o processo de implantação. Esse novo processo propõe uma
47 mudança de cultura. A meta não é apenas a valorização salarial. O processo será todo
48 informatizado e será feito um pré-teste, sem validade, com supervisores e
49 coordenadores, para que possam verificar o funcionamento e apontar possíveis
50 dificuldades. Após, cada pessoa em cargo de chefia deverá dialogar com seus
51 subordinados, para combinarem as atividades, que deverão ser descritas no sistema.
52 É a consolidação de um processo de muitos anos no CRP. Suely Castaldi
53 complementa que no processo de avaliação anterior, os supervisores avaliavam seus
54 subordinados, e neste todos avaliarão a todos, inclusive com auto-avaliação.
55 Considerações do plenário: 1) Edgar Rodrigues questiona como se dará a avaliação
56 em relação às/aos funcionárias/os das subsedes, em especial, as/os
57 administrativas/os, uma vez que são avaliados pela comissão gestora. 2) Neli Márcia
58 Ferreira relata que os subordinados avaliarão suas chefias, caso também sejam
59 servidoras do CRP SP. No caso daqueles que forem avaliados por conselheiras/os ou
60 membras/os de comissão gestora, não haverá essa avaliação. 3) Suely Castaldi relata
61 que no novo modelo, também é possível progressão vertical. **1.5) Atendimento** –
62 Suely Castaldi Ortiz da Silva relata que há uma dificuldade em relação a atendimentos
63 telefônicos na sede e há muitas queixas da categoria em relação a isso. Estão
64 dialogando com Adriana Pereira, assistente de coordenação, para que possam

65 pensar em como resolver essas questões. O GT 35 Horas tem proposta de que o CRP
66 SP trabalhe com atendimento presencial ao público em um horário menor, para que
67 possam ter mais tempo para atendimento telefônico. Enquanto não definem isso, estão
68 propondo que alguns funcionários se revezem nessa função. Maria Rozinetti Gonçalves
69 relata que, independente do estudo que o GT vem fazer de redução da jornada de
70 trabalho, estão pensando, junto ao Atendimento, a redução do atendimento presencial,
71 para que os trabalhadores tenham tempo para outro tipo de atendimento, como
72 telefônico e resposta a e-mails. Atualmente, as coisas são feitas ao mesmo tempo. A
73 divisão de horários é o que tem sido proposto. A Diretoria também tem pensado, junto
74 à empresa Implanta, sobre a emissão de declarações online. Atualmente, há um
75 trabalhador que executa, quase unicamente, essa função. Também, o pré-
76 agendamento dos atendimentos presenciais também auxiliariam a organizar o fluxo.
77 Pede que as subsedes também possam fazer levantamento das dificuldades das
78 subsedes. Sabe que Eduardo Pedroso fez algumas inovações administrativas na
79 subsede Campinas e que pode ser replicado em outras subsedes. Podem convidá-lo a
80 estar na plenária para contar sobre a experiência. Suely Castaldi considera que o
81 agendamento para o atendimento online pode impactar positivamente o atendimento.
82 Considerações do plenário: 1) Mary Ueta relata que na Subsede Baixada Santista e
83 Vale do Ribeira estão em situação crítica, porque estão sem psicóloga/o analista
84 técnica/o (PAT) e findou o contrato do estagiário. Assim, questiona quando será
85 realizada a contratação da/o nova/o PAT, bem como de novo estagiária/o. A subsede
86 precisa se organizar em relação a isso. 2) Luciana Stoppa dos Santos relata que o
87 prazo de contratação da/o nova/o PAT é o mesmo de todas/os as/os outras/os que
88 serão contratadas/os, que é o do concurso. Já foram realizadas as provas dissertativas
89 e entrarão no processo de análise de currículos. Ainda há os prazos recursais e de
90 homologação do resultado final. Estima-se que as contratações ocorrerão no mês de
91 abril. Quanto ao estagiário, podem contratar, mas, como não haverá PAT para ser a/o
92 supervisora/or de estágio, devem realizar conversa com os setores de COE e COF,
93 para verificar a questão. 3) Luciana Mantovani, assistente de coordenação de COE,
94 informa que já conversou com Karen Dotto, assistente de coordenação da COF e
95 decidiram que não farão a contratação da/o estagiária/o para a subsede, pois não
96 recomendam estagiária/o sem supervisão. Pois, é isso, inclusive, que recomendam
97 durante as orientações e fiscalizações à categoria. Alguém da Comissão Gestora
98 pode se indicar para acompanhar, é importante que acompanhe de verdade, nas

99 questões técnicas. Relata que, do Concurso, já realizaram a correção das provas
100 escritas e que entrarão na avaliação de títulos. Após, ainda há a avaliação daqueles
101 que se autodeclararam negros (pretos e pardos). Estão preparando uma proposta de
102 integração de COE e COF, de uma semana, que será apresentada para a Diretoria. 4)
103 Rodrigo Presotto ressalta que, quando foi gestor da subsede pela primeira vez, o CRP
104 SP ainda não contava com psicólogas assistentes técnicas. As CGs faziam plantões e
105 assistentes administrativas anotavam os contatos das/os psicólogas/os e a/o
106 membra/o da comissão retornavam o contato. 5) Beatriz Mattos relata que há muitas
107 demandas na subsede Ribeirão. Todos os dias há plantão da Comissão Gestora.
108 Entende que precisam pensar em meios para compartilhar as estratégias que vão
109 surgindo. Não se recorda das falas de Eduardo Pedroso, gestor da Subsede
110 Campinas, na última plenária. Considera que o problema da Subsede Ribeirão Preto é
111 o atendimento telefônico. 6) Suely Ortiz relata que Eduardo Pedroso tem feito reuniões
112 constantes com as administrativas da subsede e também implantou outra lógica na
113 recepção dos e-mails. Também, gerencia as atividades. Considera que isso tem
114 motivado as administrativas. 7) Luciana Stoppa dos Santos relata que estão
115 programando uma reunião com os coordenadores das subsedes em 07 de fevereiro,
116 para que possam começar as conversas. No Planejamento Estratégico, também
117 preveem trazer os trabalhadores administrativos das subsedes para partilhar as
118 questões envolvendo o atendimento. Porém, antes disso, é importante que já tenham
119 um levantamento prévio dos problemas que ocorrem, para que o encontro sirva para
120 definir estratégias de otimização do atendimento. **Encaminhamento:** 1) Será
121 encaminhada, por e-mail, solicitação para que as subsedes indiquem representantes
122 da Comissão Gestora, para participarem da reunião com a Diretoria, em 07 de
123 fevereiro. Será possível participação à distância e presencial. A pauta é o alinhamento
124 de procedimentos administrativos das subsedes. Na ocasião, planejarão também o
125 momento de chamar as administrativas das subsedes. **1.6) Subsede Alto Tietê –**
126 Zilma do Nascimento, membra da Comissão Gestora da subsede Alto Tietê, comenta
127 sobre a procura pelo novo imóvel da Subsede Alto Tietê. Questionavam porque abrir
128 uma Subsede na região e porquê o indicativo era de que fosse em Mogi das Cruzes.
129 Para identificarem o território, começaram a mobilizar a região, com a realização de
130 diversos eventos. Também realizaram uma busca por imóveis na região, em Guarulhos
131 e Mogi das Cruzes. Débora Laís Silva de Oliveira fez a busca pelos imóveis, tendo em
132 vista valores, localização, facilidade de locomoção e acessibilidade. Passou as

133 informações que recolheu para o coordenador administrativo financeiro, Diógenes
134 Pepe e para a Diretoria. Estão com um imóvel em Mogi das Cruzes. Buscaram
135 informações sobre a composição dessa subsede e descobriram que já houve uma
136 delegacia do CRP SP em Guarulhos, em 1991. Descobriram que as/os psicólogas/os
137 da região do Alto Tietê não se sentiam contemplados com essa delegacia e solicitaram
138 que fosse em Mogi das Cruzes. Apresenta fotos do imóvel em Mogi das Cruzes, que é
139 composto por duas salas, sendo que uma poderia ser para atendimento e outra para
140 reuniões, comissão gestora. Jumara Van de Velde, membra da Comissão Gestora
141 Metropolitana, relata que apenas visitaram o espaço, mas que é importante a opinião
142 também dos trabalhadores. O prédio onde está localizado o imóvel visto é bastante
143 novo. Para o Pré-Congresso que ocorrerá na região, solicitaram o agendamento de
144 espaços de reuniões do prédio onde está localizado o imóvel. Considerações do
145 plenário: 1) Maria Rozineti Gonçalves questiona como está sendo feita a mobilização
146 do território. Também, como estão pensando a composição da Comissão Gestora. 2)
147 Luciana Mantovani relata que a/o PAT faz assessoria em processos éticos e não
148 podem abrir processos éticos na recepção. Assim, seria importante que houvesse uma
149 sala mais reservada para essa/e profissional. Caso haja a perspectiva de contratação
150 da/o PAT para a Subsede Alto Tietê ainda este ano, sugere fortemente que a
151 contratação seja realizada junto às/aos demais, para que também possa participar da
152 semana de capacitação. 3) Jumara Van de Velde relata que haverá uma divisão na
153 atual Comissão Gestora Metropolitana, de modo a compor a Comissão Gestora da
154 Subsede Alto Tietê, também. 4) Diógenes Pepe relata que Débora Laís Silva de
155 Oliveira fez um trabalho exaustivo de procura de imóveis, entre casas e prédios
156 comerciais. O ideal é que a nova subsede fosse inaugurada até o final do mês de
157 fevereiro. 5) Maria Rozineti Gonçalves solicita que a Comunicação seja envolvida no
158 processo de divulgação para a categoria sobre os esforços para abertura de uma nova
159 subsede. 6) Luciana Stoppa dos Santos entende que podem consultar conselheiras/os
160 de gestões anteriores para que possam contar sobre o processo que culminará na
161 abertura de uma nova subsede. Nesta plenária, será discutida a pauta do Jornal Psi e
162 sugere que haja entre as matérias, uma sobre o histórico para abertura da Subsede
163 Alto Tietê. **1.7) 10º COREP SP (Congresso Regional da Psicologia)** – Maria Rozineti
164 Gonçalves informa que a Comissão Organizadora do 10º Congresso Regional da
165 Psicologia finalizou a proposta de Regimento Interno dos Pré-Congressos. Foi
166 solicitada uma alteração junto ao CFP, pois havia uma incongruência referente ao

167 percentual de votação. Essa proposta será encaminhada para ser utilizada já no
168 primeiro Pré-Congresso, em Piracicaba. Há uma questão sobre os crachás e
169 remeterão um questionamento ao Conselho Federal de Psicologia sobre a
170 necessidade de utilização de crachá que exporá psicólogas/os com inadimplência. A
171 Comorg está finalizando um e-mail orientador, que será encaminhado às subsedes.
172 Sobre a conferência das inadimplências, a informática gerará um arquivo somente
173 contendo os dados das/os psicólogas/os inadimplentes, para facilitar a conferência no
174 credenciamento de cada Pré-Congresso. O Caderno de Propostas será fechado com
175 cerca de 3 (três) de antecedência de cada Pré-Congresso e encaminhado para a
176 subsede responsável por aquela atividade. Relata que a Comorg está verificando as
177 propostas já recebidas, para verificar a variedade de temáticas e se há temática
178 faltante. Considerações dos presentes: 1) Regiane Piva relata que, em Bauru,
179 chamaram uma reunião ampliada da Comissão Gestora, a fim de que possam pensar
180 em propostas que são importantes para a região. Considera que seria importante,
181 também, essa providência por parte dos Núcleos e das demais comissões gestoras.
182 Entende que, após a realização dos primeiros Pré-congressos, devem trocar
183 impressões e fazer os ajustes, se necessário. 2) Rodrigo Presotto pontua que é
184 necessário definir se é possível a participação das funcionárias psicólogas, PATs e
185 administrativas, enquanto categoria, nos Pré-Congressos, fora do horário de seu
186 expediente. 3) Regiane Aparecida Piva relata que essa questão já foi discutida em
187 edições anteriores do Congresso e havia um entendimento de que não era possível a
188 participação de PATs funcionárias/os nos Pré-Congressos, para serem eleitas
189 delegadas. Faz defesa que possam participar. 4) Luciana Stoppa recorda que é
190 possível realizar eventos preparatórios até 16 de fevereiro, ou seja, haverá período em
191 que haverá eventos preparatórios concomitantemente aos Pré-congressos. **1.8)**
192 **Imóvel da Subsede Campinas** – Rodrigo Presotto recorda que foi realizada a compra
193 de novo imóvel para a Subsede Campinas. Neste momento, estão fazendo estudo
194 para reforma do imóvel. A dotação orçamentária para aquisição do novo imóvel há
195 cerca de três gestões. Contrataram empresa para elaboração da planta, que será
196 concretizada após licitação para realizar a reforma. O projeto deverá ser entregue até o
197 final do mês de fevereiro, para que conseguissem fazer a licitação. A meta é ter a
198 inauguração a partir do final de abril até, com limite cautelar devido às eleições, o mês
199 de junho. **1.9) Pesquisa do CREPOP** – Edson Dias, assessor técnico do CREPOP,
200 relata que a pesquisa do CREPOP sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi

201 lançada em dezembro de 2018. A coordenação da pesquisa no território nacional é
202 feita pelo CFP. O *link* já está aberto para que as/os psicólogas/os possam responder.
203 Conversou com Cristina Fernandes esta semana, para criar uma estratégia de
204 mobilização da categoria. O CREPOP já mapeou a maior parte de psicólogas/os que
205 atuam nas RAPS, com os dados públicos do CNES - Cadastro Nacional de
206 Estabelecimentos de Saúde e outras instituições. Estão, também, tentando buscar
207 informações dos movimentos, onde as/os psicólogas/os que trabalham nesses
208 serviços também fazem parte. A proposta é que, até o final de março a pesquisa se
209 encerre, mas o percentual de respostas ainda está baixo. A etapa de pesquisa de
210 campo será feita em fevereiro, nas subsedes. Em março serão feitos os relatórios, pois
211 há prazo para encaminharem para Brasília. Para a etapa de campo, é importante que
212 as subsedes indiquem as/os profissionais que serão consultadas/os. Questiona às
213 subsedes se a melhor forma de organizar essas agendas é fazer uma reunião à
214 distância, para fecharem o calendário ou se prefere que seja feita conversa individual
215 com cada subsede. O processo será semelhante à pesquisa de Direitos Sexuais e
216 Reprodutivos. Também estão pensando em fazer e-mail marketing chamando as/os
217 psicólogas/os a responderem o questionário. Já solicitou a relação de psicólogas/os
218 que identificaram nas RAPS, que foram mais de 600 (seiscentos) profissionais, mas
219 acredita que o número de profissionais possa ser bem maior, porque há locais que não
220 disponibilizaram as informações no cadastro. Considerações dos presentes: 1) Ed
221 Otsuka pondera que o Núcleo Saúde foi consultado apenas após algumas questões de
222 a pesquisa já terem sido definidas. Conversou com Edson Dias, para que o NS
223 pudesse dar os subsídios. Conversou com Beatriz Brambilla, que levou para a reunião
224 do CREPOP em Brasília, o questionamento sobre o que é a RAPS, que é constituída
225 na Portaria nº 3088/11. E, foram incluídos nessa Portaria, Comunidades Terapêuticas
226 e ambulatórios. Recentemente, incluíram também os hospitais psiquiátricos. A RAPS é
227 identificada como saúde mental, mas também é composta por urgência e emergência
228 e atenção básica. É importante delimitar isso. Definiram que seria colocado o
229 entendimento que têm da RAPS, como territorial e comunitária, para delimitar a
230 pesquisa nesses aspectos. Ficou sabendo, pelos movimentos, que o processo da
231 pesquisa já havia sido disparado. Assim, pede que informem como se deu esse
232 movimento, pois haviam informado ao NS que seria marcada reunião com o CREPOP
233 e a CPP para construção conjunta. 2) Edson Dias relata que o lançamento da pesquisa
234 é realizado pelo Conselho Federal. Houve um atraso, pois a pesquisa deveria ter sido

235 lançada em setembro e foi em novembro. O evento de lançamento no CRP SP foi no
236 início de dezembro, pois já estava circulando o link da pesquisa e precisaram apressar
237 a divulgação do CRP SP. Mas ainda não pensaram em uma estratégia efetiva para
238 alcançar as psicólogas que atuam nessa rede. Historicamente, sempre que é lançada
239 uma pesquisa, o CRP SP faz um evento de divulgação. Este ano não foi feito isso com
240 as duas pesquisas. Outros CRs já estão mobilizados e divulgando a pesquisa. O
241 CREPOP do CRP SP está junto com a Comissão de Políticas Públicas e, por isso,
242 acaba realizando diversas outras atividades. Assim, a proposta é pensar na forma de
243 mobilização da categoria e em possíveis desdobramentos. Sobre a RAPS, relata que
244 Beatriz Brambilla fez a defesa e foi acordado no CREPOP nacional que não iriam
245 entrevistar psicólogas/os de comunidades terapêuticas ou de hospitais psiquiátricos
246 para não reforçar essa lógica, da qual são contra. Foi uma discussão difícil, porque
247 essa lógica é a realidade para muitos estados, diferentemente de São Paulo, que
248 possui a rede bastante ampla. Então, o CRP SP não entrevistará psicólogas/os que
249 atuam nesses espaços, inclusive porque já ocorreu uma inspeção em comunidades
250 terapêuticas anteriormente e, recentemente, foi realizada também nos hospitais
251 psiquiátricos. A ideia é que montem um grupo para acompanhar a pesquisa, para que
252 possam verificar possíveis problemas que vão surgindo. Durante a pesquisa, acabam
253 surgindo questões que são urgentes para a categoria. Recorda que, durante a
254 pesquisa sobre direitos sexuais e reprodutivos, trazia-se, frequentemente, a violência
255 obstétrica. A partir disso, criou-se um grupo de trabalho para discutir e trabalhar essa
256 questão e, com isso, foram realizados diversos eventos a respeito desse tema e com
257 isso, farão um Caderno Temático sobre o assunto, que era algo que ainda não existia
258 dentro do CRP. Também surgiu o tema emergente, processo transexualizador, sobre a
259 invisibilidade e negligência desse processo. Criou-se, também, um grupo de trabalho
260 para discutir essa temática e propor ações. Assim, entende que também surgirão
261 temas urgentes referentes à pesquisa da RAPS, que não poderão aguardar o
262 lançamento das referências técnicas elaboradas a partir da pesquisa, uma vez que
263 esse lançamento pode demorar muito tempo. Nesse momento, o importante é
264 fecharem a agenda para conseguirem cumprir os prazos da pesquisa. 3) Ed Otsuka
265 relata que foi feita reunião do NS, com a CPP e o CREPOP e, naquela ocasião, ficou
266 evidente a necessidade de construírem juntos. Havia, e ainda há, uma confusão no
267 entendimento do que é RAPS, devido ao que diz a legislação. Ele sugeriu que fosse
268 defendido que considerassem a RAPS que eles entendem que são como deveria ser.

269 levassem que deveriam, sendo como critério, os serviços de base territorial e
270 comunitária e que se atenham ao sofrimento psíquico. Ela levou essa posição e ficou
271 definido que seriam considerados esses equipamentos de saúde. 4) Edson Dias
272 pontua que precisa dialogar com Beatriz Brambilla sobre como formarão o grupo que
273 ficará responsável por acompanhar a pesquisa. **Encaminhamento:** Edson Dias,
274 assessor técnico do CREPOP, dialogará com o gestor de cada subsede, para alinhar
275 as datas. Depois, realizarão uma reunião com todas/os, para que possam definir quais
276 equipamentos serão considerados e para definirem os grupos nas subse-des,
277 pensando na lógica colocada por Ed Otsuka, do cuidado em liberdade, territorial. Sobre
278 a divulgação, deve ser realizada de forma ampla, buscando as/os psicólogas/os que
279 estão no cadastro, os eventos, se aproximar da militância, que também podem divulgar
280 a pesquisa na rede. **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** – Luciana Stoppa relata que na APAF
281 de dezembro de 2018 ocorreram diversas deliberações muito importantes, como
282 aprovações de Resoluções, como a do novo CPD, e que é preciso compartilhar e
283 discutir com o plenário. Apresenta a proposta de priorização da pauta da Diretoria:
284 Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF (Brasília, 14 a 16
285 de dezembro de 2018); Pauta do Jornal PSI (Edição 195 – fevereiro, março e abril de
286 2019); Comissão de Sindicância 001/18 (Registro Duplicado de Psicóloga); Calendário
287 de Reuniões 2019; Assuntos financeiros; Publicação e Assinatura de Notas; e,
288 Resolução de Registro de PJ para CTs. Considera que os dois últimos pontos
289 apontados talvez já sejam contemplados na discussão sobre a APAF. Considerações
290 dos presentes: 1) Ed Otsuka defende a manutenção da discussão sobre o ponto
291 Resolução de Registro de PJ para CTs, porque, por mais que possa perpassar a
292 discussão da APAF, entende que devem discutir a produção do Núcleo Saúde do CRP
293 SP, que levam em conta as demandas regionais. Esse ponto já está pautado há
294 bastante tempo e considera fundamental que apreciem a proposta. Além disso,
295 considera muito urgente a discussão sobre o ponto “Publicação e Assinatura de
296 Notas”, porque, devido ao atual contexto, que demanda que politicamente ajam de
297 forma rápida. Considera os dois pontos de pauta urgentes e importantes. Sugere como
298 prioridade: Publicação e Assinatura de Notas; Assembleia das Políticas, da
299 Administração e das Finanças – APAF (Brasília, 14 a 16 de dezembro de 2018);
300 Resolução de Registro de PJ para CTs; Pauta do Jornal PSI (Edição 195 – fevereiro,
301 março e abril de 2019); Comissão de Sindicância 001/18 (Registro Duplicado de
302 Psicóloga); Calendário de Reuniões 2019; e, Assuntos financeiros. 2) Luciana

303 Mantovani solicita que a discussão do ponto “Código de Processamento Disciplinar -
304 CPD” da pauta da APAF seja discutido com prioridade, porque em 20 (vinte) dias ele
305 pode estar vigente, alguns advogados já estão começando a questionar e ela precisa
306 sair da plenárias às 13 horas. 3) Regiane Piva, considerando que as duas propostas
307 colocam o ponto APAF como prioritário, entende que podem começar por esse,
308 considerando inclusive a ponderação de Luciana Mantovani. Posteriormente, após
309 finalização desse ponto, podem discutir a prioridade dos demais. 4) Luciana Stoppa
310 dos Santos solicita à COE que pautar o levantamento sobre os gargalos da COE, que
311 serão enviados à Diretoria na próxima semana na pauta da Plenária Ordinária de
312 fevereiro. **II) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS –**
313 Suely Castaldi Ortiz da Silva submete ao plenário a apreciação dos processos das
314 pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos
315 os seguintes processos: **Pessoa Física** – 215 (duzentos e quinze) novas inscrições, 55
316 (cinquenta e cinco) reativações, 07 (sete) inscrições secundárias, 12 (doze) inscrições
317 por transferência, 105 (cento e cinco) cancelamentos a pedido e 13 (treze)
318 cancelamentos por transferência. **Pessoa Jurídica** – 13 (treze) registros, 02 (dois)
319 cadastros, 06 (seis) cancelamentos a pedido e 02 (dois) cancelamentos por débito.
320 Total geral dos processos analisados: 430 (quatrocentos e trinta), conforme folha
321 anexa que é parte integrante desta ata. **III) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**
322 **ESPECIALISTA** – Na modalidade Curso Credenciado deferiu-se 03 (três) na área de
323 Psicologia Clínica e 01 (uma) na área de Neuropsicologia. Indeferiu-se 01 (um) na
324 área de Psicologia Clínica. Na modalidade Cursos IES deferiu-se 06 (seis) na área de
325 Psicologia do Trânsito, 03 (três) na área de Psicologia Clínica, 01 (um) na área de
326 Psicologia Hospitalar, 01 (um) na área de Psicopedagogia, 06 (seis) na área de
327 Neuropsicologia e 02 (duas) na área da Saúde. Na modalidade Concurso deferiu-se 01
328 (um) na área de Psicologia Jurídica, 01 (um) na área da Psicologia Social e 01 (um) na
329 área de Saúde. Assim, o total geral é de 27 (vinte sete) títulos de especialistas
330 ratificados, sendo os 26 (vinte seis) deferidos e 01 (um) indeferido, conforme folha
331 anexa que é parte integrante desta ata. **IV) ATAS DAS PLENÁRIAS ORDINÁRIAS –**
332 Suely Castaldi Ortiz da Silva informa que está com três minutas de atas para fazer a
333 leitura. Outra está para leitura do conselheiro Guilherme Raggi. Jessica Morgana
334 Batalha, supervisora da Secretaria, informa que estão faltando a produção de diversas
335 atas. Com minutas prontas há duas de 2017, nº 2004 e 2011; e de 2018 outras duas,
336 nº 2014 e 2019, referentes aos meses de janeiro e fevereiro. A partir do mês de março

337 de 2018, as atas serão feitas de forma mais sucinta, então na próxima plenária já
338 devem ter algumas prontas. Suely Castaldi informa que a expectativa é que aprove
339 essas minutas já prontas na próxima Plenária Ordinária. **V) ASSEMBLEIA DAS**
340 **POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS – APAF (BRASÍLIA, 14 A 16**
341 **DE DEZEMBRO DE 2018)** – Luciana Stoppa dos Santos relata que a APAF de
342 dezembro de 2018 foi bastante cansativa, mas também, com um impacto muito grande
343 diante das diversas aprovações de Resoluções. **5.1) Nova Carteira de Identidade**
344 **Profissional (CIP)** – Luciana Stoppa dos Santos conta que a nova CIP foi aprovada.
345 Inicialmente, as/os psicólogas/os deverão aderir e haverá um custo maior que atual,
346 devido ao material e à tecnologia envolvidos. Então, a adesão não será obrigatória.
347 Aprovaram a nova carteira de identidade profissional. Relata que também será digital,
348 a partir do aplicativo. A partir da aprovação, deverá ser aberta licitação para a
349 produção da carteira, portanto, a implantação não será imediata. Acredita que devem
350 começar a produção próximo ao fim desta gestão ou no início da próxima. **5.2) Novo**
351 **CRP Acre/Rondônia** – Luciana Stoppa conta que foi aprovado o desmembramento do
352 Conselho Regional do Acre e Rondônia, que, anteriormente, eram junto ao Amazonas
353 e Roraima também. A dimensão territorial anterior, que contemplava os quatro
354 estados, era muito grande. **5.3) Aprovação do novo CPD – Código de**
355 **Processamento Disciplinar** – Regiane Aparecida Piva resgata que a participação do
356 CRP SP neste GT foi ampla, uma vez que inicialmente era composto por Guilherme
357 Raggi e, na transição da presidência da COF, ele continuou sendo convidado a
358 participar. Nesse momento, ela passou a compor o GT, bem como Rodrigo Toledo,
359 enquanto presidente da COE. Como é um assunto que perpassa a discussão sobre a
360 política de fiscalização e orientação, envolve tanto a COF, quanto a COE. A COE já
361 encaminhou um e-mail referente ao planejamento em relação ao novo CPD, que
362 também foi encaminhado ao jurídico. Há alguns pontos polêmicos neste novo CPD.
363 Relata que compor um GT da APAF é diferente de compor um GT do Regional. Porque
364 além das discussões acerca o que será colocado, precisa ter consenso de todos os
365 CRs, sendo que esses têm realidades e formas de organização muito distintas. Por
366 isso, precisam ceder em muitos pontos e, em alguns, ser bastante firme e contundente
367 para não ceder. É um trabalho de convencimento. Sobre o novo CPD, informa que foi
368 aberta licitação para contratação de um escritório de advocacia, uma vez que o GT
369 entendeu necessária a contratação para que pudessem ter um CPD em consonância
370 com o Sistema de Justiça e que fosse mais acessível às partes. O CPD atual é de

371 difícil entendimento, mesmo para aqueles que já estão há muito tempo envolvidos na
372 gestão do CRP SP. Decidiram, então, fazer um CPD comentado. Mas, tiveram
373 dificuldade que o escritório contratado entendesse a realidade do Sistema Conselhos,
374 e evitasse o vocabulário “juridiquês”. A principal polêmica entre os Regionais era que
375 havia alguns que defendiam um impedimento do exercício profissional cautelar para
376 psicólogas/os respondendo a processos éticos com questões graves de violência, por
377 exemplo. O CRP SP não defendeu essa postura, pelo entendimento de que não seria
378 possível ressarcir o tempo, que pode chegar a anos, que a/o psicóloga/o ficou
379 impedido de atuar, em caso de arquivamento do processo. Outro ponto também, era
380 de denúncia anônima, em que o CRP SP precisou argumentar o porquê não a
381 defende, mas que a denúncia pode ser anônima, mas assumida por *Ex Officio*. Houve
382 também preocupação sobre a extinção dos pedidos de reconsideração, para que não
383 estivessem retirando fases recursais, mas o escritório trouxe argumentos jurídicos que
384 os tranquilizaram a respeito disso. Considera importante a preocupação de Rodrigo
385 Toledo e Luciana Mantovani, pela Comissão de Ética, porque mudará a lógica de
386 funcionamento e tramitação dos processos. A preocupação maior, neste momento, é o
387 prazo para adaptação. Conseguiram negociar, trazendo questões da realidade deste
388 regional, e haverá um prazo de 30 (trinta) dias, com a proposta que o GT fizesse a
389 revisão ortográfica, encaminhasse ao escritório de advocacia para finalização e,
390 somente fosse publicada a Resolução a partir do final do mês de fevereiro. Assim, a
391 partir de fevereiro, poderá haver 30 (trinta) dias para cumprimento do novo CPD.
392 Assim, é importante que a COE já passe a se preparar. Luciana Mantovani relata que
393 Rodrigo Toledo a encaminhou a primeira versão do novo CPD e que o considerou
394 muito ruim, com muito “juridiquês”. Agora, considera que ficou excelente. Considera
395 bom que tenha saído a “interdição cautelar”. Porque, para esses casos que
396 propuseram haver interdição cautelar, a COE já dá prioridade aos processos. Alguns
397 casos graves, as/os psicólogas/os são presas/os, porque também respondem a
398 processo civil. Também, que tenham retirado a denúncia anônima, porque da forma
399 como é realizado, é possível, desde que a COF assuma a representação, podendo,
400 inclusive, buscar mais elementos por meio da fiscalização. Também, na primeira
401 versão, havia restrição para a mediação. Relata que desejavam diminuir as etapas do
402 processo ético. Nos pedidos de reconsideração, apenas em 5% há reversão da
403 decisão e provoca um número excessivo de plenárias, de trabalho à assessoria
404 técnica, sendo que já consta decisão no parecer, no julgamento e no recurso ao CFP,

405 ou seja, não precisam de mais uma instância decisória. Assim, podem investir o
406 esforço na mediação, que poderia ajudar, também, a não haver reincidência.
407 Considera a Resolução aprovada revolucionária, também, por ter os processos digitais.
408 Porém, não será possível cumprir a Resolução imediatamente. Entende que haverá
409 trabalho de, ao menos, três anos para que possam cumpri-la. Há um artigo que prevê
410 que será garantida a acessibilidade ao processo ético, mas não diz a forma. Assim,
411 precisarão discutir a questão e definir os métodos. O fato de os processos serem
412 digitais, eliminará as cópias dos mesmos; somente a citação e notificação serão
413 encaminhadas via Correios, o restante será eletrônico. No futuro, esses processos
414 ficarão no Sistema SEI. O novo CPD abre a possibilidade de delegar alguns atos de
415 mero impulso processual a servidores, somente não atos decisórios. O que preocupa
416 são as providências imediatas. Está providenciando o fluxograma, que precisará de
417 validação jurídica. Precisarão revisar cerca de 400 andamentos do Sistema Implanta e
418 de 100 ofícios de COE, que precisarão ser adaptados ao novo modelo, que deverá
419 também ser avaliado pelo jurídico. O jurídico precisará se apropriar do novo CPD. No
420 entanto, a assessoria jurídica não atende somente à COE. Marcou reunião com a
421 informática e a assessoria jurídica, para uma conversa prévia. De imediato, preocupa-
422 se com um artigo que diz que os Regionais adotarão como regra, salvo justificativa
423 expressa, o uso de meio eletrônico na tramitação dos processos, na comunicação de
424 seus atos e tramitação de peças processuais, sendo que, até a implantação desse
425 sistema, os atos processuais poderão ser praticados eletronicamente, via endereço
426 eletrônico disponibilizado pelo CRP SP. Isso significa que após os 30 (trinta) dias da
427 publicação da Resolução, os advogados das partes já devem encaminhar as petições
428 por e-mail e a COE já deverá encaminhar as intimações por e-mail. O servidor atual
429 não comporta esse procedimento e, de acordo com a área de informática, o CRP SP
430 não possui a segurança eletrônica para e-mails necessária. Não sabe se vale a pena
431 adquirir um novo servidor para isso, porque quando trouxerem o SEI, será *cloud*
432 *computing*. O novo CPD também atribui, expressamente, a responsabilização em caso
433 de prescrição. É algo que já existe, mas não estava descrito no CPD. A COF também
434 precisará se atentar para não enviar processos em via de prescrição. Regiane Piva
435 recorda que o CPD será reavaliado após passados dois anos de seu funcionamento. O
436 escritório ficou responsável pela elaboração do fluxograma, mas sempre vem um mais
437 simples, porque a realidade do CRP SP é mais complexa. **5.4) Alteração da**
438 **Resolução CFP n° 07/03** – Regiane Aparecida Piva relata que acompanhou a

439 discussão, especialmente, na gestão passada, quando o CRP SP tinha um GT. O CRP
440 SP utilizou a Resolução que existia e constituíram um GT que contava com
441 representantes de COE e de COF e com colaboradoras/es que discutem a produção
442 de documentos escritos em avaliação psicológica. O GT contava também com
443 participação da equipe técnica das duas Comissões. Encaminharam para as entidades
444 de psicólogas/os, para que pudessem também apresentar sugestões. No início desta
445 gestão, o GT nacional desenvolveu muito suas atividades. Relata que a proposta final
446 de Resolução é muito diferente da proposta que havia sido encaminhada pelo CRP
447 SP, a partir da produção do GT regional. O trabalho do GT nacional foi muito difícil,
448 com Regionais defendendo que houvesse modelo de cada documento, enquanto o
449 CRP SP defendia que fosse uma Resolução mais ampla, de diretrizes. Houve uma
450 reunião telefônica do GT em que precisou estar em uma plenária ética, e quando pode
451 entrar na reunião, já havia passado o momento de destaques, mas conseguiu que
452 ouvissem algumas questões que ela queria colocar. Após isso, foi feita reunião do GT
453 com representantes de todos os CRs e ela e Rodrigo Toledo participaram. Nessa
454 reunião, a maior polêmica foi acerca do laudo multiprofissional, que era algo defendido
455 pelo GT, mas que os CRs foram contra e elaboraram uma proposta de texto. Depois
456 disso, o GT se reuniu e fez uma outra proposta. Na APAF, portanto, foram
457 apresentadas três propostas que foram votadas. A mais votada foi a proposta do grupo
458 de Regionais que participaram da reunião, que era de que não houvesse um capítulo
459 sobre laudo multiprofissional. A nova Resolução apresenta muitas mudanças e, por
460 isso, entende que será necessário rever as oficinas de documentos escritos, mas
461 manteve aquilo que já tem sido defendido enquanto informações técnicas e éticas de
462 linguagem e escrita, respeitando o Código de Ética. O corpo de funcionárias/os
463 técnicas/os do CRP SP não gostou da nova Resolução. Considerações dos presentes:
464 1) Luciana Mantovani relata que ainda não conseguiu realizar uma leitura mais atenta
465 a essa nova Resolução. Porém, a proposta deste CRP SP era com outra estrutura,
466 com o texto separado por tipo de documento. Não lhe pareceu muito ruim a nova
467 Resolução, mas também não viu grandes avanços. 2) Karen Dotto, assistente de
468 coordenadoria da COF, comenta que ainda não teve acesso à versão final, mas que o
469 processo foi frustrante, porque fizeram a leitura do documento e consideraram o texto
470 confuso. Apresentaram uma proposta, mas que Regiane Piva não pode apresentar
471 direito, pois quando pode entrar na reunião, já havia passado o momento de fazer
472 destaques. Relata que se apropriarão do texto final, pois tão logo ela seja publicada,

473 passarão a ter que dar orientação acerca dela. 3) Regiane Piva complementa que
474 muitas Resoluções foram aprovadas nesta última APAF e, possivelmente, na APAF de
475 maio de 2019, outras serão aprovadas. **5.5) Resolução sobre Avaliação Psicológica**
476 **no contexto do Trânsito** – Luciana Stoppa dos Santos relata que sobre essa
477 resolução, o CRP SP também levou muitas contribuições, em um longo processo de
478 negociação. Trata-se de uma Resolução que não foi precedida de um debate, foi
479 levada para apreciação e aprovação na APAF. Traz algumas mudanças em relação ao
480 trabalho da/o psicóloga/o na avaliação psicológica no contexto do trânsito,
481 principalmente por se atrelar às normativas do Contran – Conselho Nacional de
482 Trânsito, que atravessam as questões da Psicologia. A intenção dessa Resolução, que
483 é fruto de um diálogo com o Contran, é de adequar os procedimentos e minimizar as
484 divergências com aquilo previsto no Código de Ética da Psicologia. Ainda há
485 fragilidades que não foram sanadas. Regiane Aparecida Piva relata que não tiveram
486 acesso prévio a Resolução e, assim, não foi possível discutir com as/os
487 funcionárias/os. Relata que existe uma demanda da categoria de maior definição de
488 seu trabalho dentro da avaliação psicológica no contexto do Trânsito. Há as
489 características de uma perícia, por ser um trabalho pontual, que ocorre em um tempo
490 curto, baseado em uma única pergunta da condição ou não do indivíduo ser condutor e
491 de que não é um direito ter a permissão de habilitação, que se trata de uma
492 concessão. A Resolução tem a perspectiva de colocar a avaliação psicológica, nesse
493 contexto, enquanto uma perícia, também se antecipa a uma mudança que ocorrerá no
494 código de trânsito. Consideram que a Resolução tem algumas deficiências, mas que
495 podem resolver nas orientações sobre a prática. O CRP SP defendia que pudessem
496 ter um debate mais amplo sobre essa Resolução no Sistema Conselhos, embora não
497 seja contra que haja uma resolução sobre esse assunto. Entende ser importante que
498 remetam a Resolução ao Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana do CRP SP para que
499 possam fazer uma análise mais atenta. Luciana Stoppa sugere que o Núcleo faça uma
500 Resolução comentada, em diálogo com a COF, apresentando fragilidades e com
501 possibilidades de orientação. Essa Resolução comentada poderá ser remetida ao CFP,
502 com o posicionamento do CRP SP, uma vez que a Resolução não foi debatida no
503 Sistema Conselhos. **5.6) Aprovação da Elaboração de uma Resolução de**
504 **Especialidade em Avaliação Psicológica** – Luciana Stoppa informa que foi
505 apresentado o pedido feito pelo IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica e
506 pela ASBRo - Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos e com o apoio

507 do Fenpb - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. O CRP SP não
508 tinha consenso sobre a concessão do título, porque não estava seguro sobre os
509 impactos de uma possível Resolução com essa temática, como o que reverberaria
510 para as políticas públicas. Pediram que a decisão fosse postergada para maio, para
511 que pudessem dialogar com a categoria e levar os argumentos necessários. O CRP
512 SP se absteve da votação sobre esse ponto, uma vez que entendeu que não estaria
513 levando um posicionamento do plenário do CRP SP, uma vez que o assunto não havia
514 sido discutido internamente. Também se absteve o CRP Rio de Janeiro e o CRP Minas
515 Gerais votou contrário; os demais votaram a favor da Resolução. Então, será
516 necessário o plenário discutir a questão, uma vez que comporá o GT responsável por
517 elaborar a Resolução que cria a especialidade em avaliação psicológica. Por isso, é
518 importante que definam como será a participação do CRP SP neste GT, bem como
519 quais serão os posicionamentos que serão defendidos. A Resolução criará os critérios,
520 e, juridicamente, não podem negar a inscrição. **INTERVALO DA PLENÁRIA** – Neste
521 momento, às 13 horas e 10 minutos, a conselheira presidenta, Luciana Stoppa dos
522 Santos, interrompe a plenária, por 1 hora, para almoço. Após, retornarão à discussão
523 sobre os pontos da APAF, finalizando a discussão sobre “Aprovação da Elaboração de
524 uma Resolução de Especialidade em Avaliação Psicológica”. Às 4 horas e 30 minutos,
525 a plenária é reiniciada. **VI) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E
526 DAS FINANÇAS – APAF (BRASÍLIA, 14 A 16 DE DEZEMBRO DE 2018)
527 (CONTINUAÇÃO) – 6.1) Aprovação da Elaboração de uma Resolução de
528 Especialidade em Avaliação Psicológica (Continuação)** – Luciana Stoppa dos
529 Santos propõe que seja realizada reunião internúcleos, com Núcleo Justiça, Núcleo
530 Educação e Medicalização, Núcleo Assistência Social, Núcleo Psicologia e Deficiência,
531 Núcleo Saúde, Núcleo Psicoterapias e Comissão de Políticas Públicas. Precisam
532 organizar essa reunião, para que cada grupo possa levar seus posicionamentos para
533 discutir a Avaliação Psicológica, para que possam formar o posicionamento do CRP
534 SP em relação a questão. Após, pode ser pauta a “avaliação psicológica” em
535 plenária. Considerando que o CRP SP comporá o GT, é importante estar consolidado
536 o seu posicionamento. Considerações dos presentes: 1) Karen Dotto sugere que seja
537 consultada a equipe técnica para sugestões, uma vez que a especialidade em saúde já
538 tem trazido alguns problemas. **Encaminhamento:** Os Núcleos Justiça, Educação e
539 Medicalização, Assistência Social, Psicologia e Deficiência, Saúde, Psicoterapias e as
540 Comissões de Políticas Públicas e de Orientação e Fiscalização deverão discutir o

541 assunto. A conselheira Larissa Ornelas ficará responsável por articular a realização de
542 reunião conjunta com esses coletivos. A especialidade em avaliação psicológica
543 deverá ser pauta da Plenária Ordinária de fevereiro, onde será trazido o produto da
544 discussão internúcleos e comissões. **6.2) Inscrição de PJ para Comunidades**
545 **Terapêuticas** – Regiane Aparecida Piva resgata que, na APAF de maio de 2018, o
546 CRP SP, junto com o CRP SC, levou a pauta da importância de que fosse feita
547 Resolução sobre a inscrição de Pessoa Jurídica para Comunidades Terapêuticas. Na
548 mesma APAF, estava pautada a dissolução do GT Unificado: PL Osmar Terra -
549 Internação Forçada de Usuários de Álcool e Outras Drogas. A ideia foi de que
550 utilizassem o acúmulo das discussões para essa tarefa de construção de uma
551 Resolução sobre registro de Pessoa Jurídica para Comunidades Terapêuticas. Nesse
552 momento, recebeu o convite, por ser presidenta da COF, para compor o GT. A maioria
553 dos CRs substituíram seus representantes. Propôs-se um grupo dentro desse GT,
554 composto pelo CFP, pelo CRP DF e pelo CRP SP, para construir uma proposta de
555 Resolução e apresentar ao GT. A ideia foi utilizarem as resoluções já existentes para,
556 a partir delas, acrescentarem o que fosse necessário. Foi feita uma minuta inicial, que
557 foi encaminhada ao jurídico do CFP, que fez diversos ajustes e chamou uma reunião
558 telefônica com todo o GT. Ao todo, foram três reuniões telefônicas, para fechar a
559 minuta que seria apresentada na APAF. A minuta foi apreciada na última plenária de
560 2018 do CFP e somente encaminhada aos Regionais na última remessa dos materiais
561 da APAF. A Resolução foi aprovada na APAF de dezembro de 2018 com poucas
562 alterações. Não podem negar, baseados nas estatísticas que possuem sobre as CTs,
563 nem como por ser uma política de saúde mental diversa da defendida pelo CRP SP,
564 mas podem transferir grande parte do trabalho para inscrição de PJ para as próprias
565 CTs, como a exigência prévia de documentos. Com base nesses documentos, é
566 possível negar o cadastro das instituições. A Resolução deixa a/o responsável
567 técnica/o mais implicado, mas entende-se que a exigência de documentos já pode
568 levar essa/e profissional a uma reflexão. Mesmo os Regionais que já possuíam
569 resoluções sobre o assunto, devem utilizar essa, que é mais completa, embora não
570 conflite com as resoluções anteriores. Não se isentarão de fiscalizar, mas haverá
571 condições de negar o registro antes da fiscalização, pelo não cumprimento de
572 requisitos observados pela documentação exigida. Considerações dos presentes: 1)
573 Ed Otsuka questiona se a Resolução já foi aprovada. Recorda que ele estava na
574 representação do CRP SP nesse GT, que, por sugestão do CRP SP, foi transformado

575 em um GT sobre álcool e outras drogas. Havia informado ao grupo que o CRP SP
576 estava fazendo uma Resolução e, na última reunião que participou, antes de ser
577 substituído por Regiane Piva, alguns membros do grupo informaram que seus
578 Regionais já tinham resolução e que eram nos mesmos moldes da que estava sendo
579 produzida pelo CRP SP. Fizeram uma Resolução inicial de veto de inscrição, e
580 consultaram o jurídico, que trouxe que poderiam trazer as condições necessárias,
581 como não ter privação de liberdade, laborterapia, violar os preceitos da Declaração
582 Universal de Direitos Humanos. Nessa última reunião, todos os Regionais
583 concordaram em fazer uma Resolução nesse mesmo sentido. Acordaram nessa
584 reunião, também, que fariam uma minuta sobre a atuação da/o psicóloga/o as
585 Comunidades Terapêuticas. Assim, entende que a Resolução sobre o registro de PJ
586 deve ser remetida para o Núcleo Saúde, para que verifiquem se contempla as
587 propostas que tinham e, se não, que possa haver uma Resolução Regional que traga
588 mais esses pontos. Questiona, então, sobre a Resolução acerca da atuação da
589 psicóloga nas CTs, que traria o sentido da incompatibilidade da atuação, respeitando
590 os preceitos éticos da profissão, de profissional da Psicologia em espaços com o
591 modelo adotado pelas CTs. Não sabiam, no Núcleo Saúde, que havia sido aprovada a
592 Resolução sobre registro de PJ pra CTs na APAF. Assim, levará o texto aprovado para
593 o Núcleo, para que possam avaliar essa Resolução. 2) Luciana Stoppa pergunta se
594 pode haver questionamentos pelos advogados das CTs sobre a cobrança de
595 documentação que é feita para outras pessoas jurídicas. 3) Rodrigo Presotto indica
596 que o plenário se retrate diante das PAT – psicólogas assistentes técnicas que
597 apresentaram à plenária um modelo de Resolução sobre inscrição de PJ e que houve
598 uma situação complicada. 4) Karen Dotto informa que ainda não teve acesso à
599 Resolução. Mas, reforça a importância de que envolvam tanto COE quanto COF nas
600 discussões sobre as questões que envolvam as atividades fim do CRP SP. 5) Ed
601 Otsuka relata que houve uma reunião em que estavam COE, Câmara de Ética,
602 Comissão de Direitos Humanos e o Núcleo Saúde foi convidado a participar. 6)
603 Regiane Piva relata que o CRP SP já dá tratamento diferente para as CTs, que gera
604 muito trabalho interno e não importam para as entidades, que enquanto aguardam o
605 cadastro, recebem uma declaração de que solicitou o registro, o que, para elas, é
606 suficiente. Relata que foi construída uma minuta de resolução, que foi apresentada
607 pelas PATs em plenária, mas que foram construídas em consulta aos coletivos na
608 gestão passada. As PATs se sentiram ofendidas com o fato de a plenária não ter

609 apreciado aquele trabalho. Considera que os subsídios precisam ser dados pela
610 Comissão de Direitos Humanos, de Políticas Públicas e pelo Núcleo Saúde. Mas, não
611 podem excluir a COF desse processo. Considera que não há como passar para
612 apreciação da plenária proposta de Resolução sobre o exercício profissional sem que
613 essa tenha sido apreciada pelo jurídico e pela COF. Considera que é ruim que cada
614 Regional prepare sua própria resolução, porque isso aponta para a necessidade de
615 uma regulamentação nacional. A resolução aprovada trata de cadastro e inscrição de
616 PJ de clínicas de internação, para tratamento de álcool e outras drogas, que tenha
617 caráter transitório. Não cita comunidades terapêuticas. Ainda não receberam a versão
618 final, mas podem divulgar internamente, entre conselheiros/os, a última versão,
619 ressaltando que não se trata da última versão. 7) Luciana Stoppa ressalta que a minuta
620 de Resolução está nos subsídios de materiais da APAF, encaminhado no final de
621 novembro para todas/os conselheiras/os, uma vez que não houve alteração de mérito.
622 8) Ed Otsuka entende que a minuta de Resolução sugerida pelo Núcleo Saúde será
623 mais específica que a Resolução aprovada na APAF. Assim, entende que é possível
624 aprova-la, para ser complementar a Resolução nacional. Relata que a proposta de
625 Resolução foi encaminhada para a Diretoria e posteriormente, para todos os coletivos,
626 inclusive a COF. Assim, pede que o texto possa ser apreciado nesta plenária. Sobre a
627 primeira minuta, trazida pelas PATs da COF, informa que não sabia que havia tido um
628 mal-estar. Pede desculpas, caso tenham se sentido ofendidas. Mas, isso reflete a falha
629 de comunicação entre o NS e a COF. A questão era, em especial, política. Pois a
630 Resolução é um ato político, embora as fiscalizações também configurem esse caráter
631 político. Faltou, na época, considerar que as CTs foram incluídas nas RAPS, o que fez
632 com que muitas mais fossem abertas. Nunca deixou de trabalhar em prol das defesas
633 deste plenário e há muitas coisas em comum, que é o que os levam a comporem
634 juntos esse espaço. O Núcleo Saúde tem muita preocupação em não elaborar um
635 texto que abra brechas para referendar a atuação dos espaços que têm essa lógica. 9)
636 Rodrigo Presotto propõe que o Núcleo Saúde tenha acesso à resolução aprovada.
637 Devem comparar as duas minutas de Resolução elaboradas pelo CRP SP, para
638 verificar se há complementos a serem feitos. Diante disso, podem apresentar, se
639 entenderem necessário, a proposta da minuta para apreciação da plenária. 10)
640 Regiane Piva solicita que na próxima plenária os representantes dos GTs possam
641 apresentar informes sobre o que tem sido discutido e demandando nesses GTs.
642 Recorda, ainda, que as tarefas do GT são definidas em APAF. Assim, que não seria

643 possível o próprio GT definir uma tarefa para si. Encaminhamento: Será pauta da
644 Plenária Ordinária de fevereiro o trabalho dos GTs nacionais, que devem ser
645 subsidiados pelos representantes do CRP SP nesses grupos, que podem apresentar
646 presencialmente ou encaminhar por e-mail. **6.3) Nota sobre Coaching** – Luciana
647 Stoppa dos Santos relata que foi aprovada na APAF nota sobre o *coaching*. A Nota
648 não proíbe a prática, apenas apresenta parâmetros sobre a atuação de psicólogos/os
649 nesse campo. **VII) CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2019** – Maria Rozineti Gonçalves
650 informa que a Comissão de Ética solicitou a alteração da Plenária que ocorrerá em 18
651 de janeiro de 2019, que foi aprovada como Plenária de Julgamento e solicita-se que
652 seja alterada para Plenária Ética. O motivo é o cancelamento de uma plenária no final
653 de 2018, que impediu a nomeação para a Plenária de Julgamento. **Encaminhamento:**
654 O plenário autoriza a mudança de Plenária de Julgamento para Plenária Ética, da
655 plenária agendada para o dia 18 de janeiro. **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** – Luciana
656 Stoppa recorda que precisam repactuar as prioridades de discussão dos pontos de
657 pauta. Estavam elencados os seguintes pontos: Pauta do Jornal PSI (Edição 195 –
658 fevereiro, março e abril de 2019); Comissão de Sindicância 001/18 (Registro Duplicado
659 de Psicóloga); Assuntos financeiros; Publicação e Assinatura de Notas; e, Resolução
660 de Registro de PJ para CTs. Considerações dos presentes: 1) Ed Otsuka considera
661 que, embora não tenha sido completamente contemplada, é possível entender que a
662 pauta Registro de PJ para CTs foi contemplada na discussão sobre o ponto Inscrição
663 de PJ para Comunidades Terapêuticas da APAF. Indica que o ponto “Publicação e
664 Assinatura de Notas” é muito urgente e, possivelmente, será rápido. Além desses,
665 defende a priorização dos pontos “Pauta do Jornal PSI (Edição 195 – fevereiro, março
666 e abril de 2019)” e “Assuntos Financeiros”. 2) Luciana Stoppa propõe que a ordem seja
667 “Pauta do Jornal PSI (Edição 195 – fevereiro, março e abril de 2019)”, “Assuntos
668 Financeiros”, “Publicação e Assinatura de Notas” e “Comissão de Sindicância 001/18
669 (Registro Duplicado de Psicóloga)”. 3) Ed Otsuka informa que não poderá ficar muito
670 além do horário, e, por isso, solicita o ponto “Publicação e Assinatura de Notas”. 4)
671 Maria Rozineti Gonçalves sugere que Ed Otsuka encaminhe a sua proposta, para que
672 possam apenas deliberar sobre ela. Considera fundamental discutirem o Jornal Psi,
673 que é algo que a categoria anseia, bem como “Assuntos Financeiros”, que é
674 necessário para que consigam tocar as ações do 10º Congresso Regional da
675 Psicologia – COREP. Propostas: 1) – “Publicação e Assinatura de Notas” , “Pauta do
676 Jornal PSI (Edição 195 – fevereiro, março e abril de 2019)” e “Assuntos Financeiros”;

677 2 “Pauta do Jornal PSI (Edição 195 – fevereiro, março e abril de 2019)”, “Assuntos
678 Financeiros”, “Publicação e Assinatura de Notas” **Em votação:** 3 (três) votos na
679 proposta 1; 5 (cinco) votos na proposta 2; 2 (duas) abstenções; e, 2 (duas) pessoas
680 ausentes no momento da votação. **VIII) PAUTA DO JORNAL PSI (EDIÇÃO 195 –**
681 **FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL DE 2019)** – Luciana Stoppa informa que a conselheira
682 Ivani Francisco de Oliveira não está presente devido a questões particulares, mas,
683 Cristina Fernandes, assessora de relações externas, veio para tratar sobre a pauta do
684 Jornal Psi. Informa que já há uma nova empresa licitada, que será a responsável pela
685 produção do Jornal Psi. Cristina Fernandes indica que a licitação foi realizada na última
686 semana. É preciso definir a pauta da próxima edição, nº 195. O ideal é que ficasse
687 pronto no primeiro mês que a edição contempla, no caso, fevereiro. Para a seção
688 “Subsedes”, concorda que seja a respeito da Subsede Alto Tietê. A respeito da APAF,
689 podem trazer os pontos que são importantes para o CRP SP e o que foi encaminhado.
690 No contexto de conjuntura, podem verificar alguma temática que considerem
691 fundamental dar luz e provocar uma reflexão com a categoria. Considerações do
692 plenário: 1) Suely Castaldi Ortiz da Silva considera que deveriam trazer o 10º Corep
693 SP – Congresso Regional da Psicologia de São Paulo, por estar em curso, trazendo o
694 calendário das atividades e informar sobre o processo, embora já tenha saído na
695 edição passada. 2) Guilherme Rodrigues Raggi Pereira sugere que tragam o tema
696 “laicidade”. Também, de trazer as “práticas integrativas e complementares (PICs) no
697 Sistema Único de Saúde - SUS”. Recorda que 2019 é aniversário de 20 (vinte) anos da
698 Resolução CFP nº 01/99, então, que deveria ser recordado disso nesta edição do
699 Jornal. 3) Ed Otsuka concorda com a proposta de trazer as PICs, que podem fazer
700 paralelo com a integralidade, com a discussão de cuidado ao cuidador. Também
701 considera importante que possam trazer os últimos acontecimentos na Saúde, com
702 portarias e a frente parlamentar a favor da política manicomial. Inclusive, considera que
703 seria uma forma de corrigir a falha de tempo político, de não terem publicado a Nota
704 elaborada pelo Núcleo Saúde. A matéria pode qualificar melhor a questão exposta na
705 nota, que é dos últimos retrocessos na área da saúde. 4) Maria Rozineti Gonçalves
706 sugere que possam trazer as questões ligadas a crianças e adolescentes pela
707 perspectiva da educação, que é um alvo prioritário desse governo, onde estão
708 ocorrendo diversos retrocessos, como privatizações, patologização da infância e
709 adolescência, não privilegiando as diversas expressões de identidades de gênero, pois
710 é oriunda da ideia de “Escola sem Partido”. 5) Suely Castaldi sugere que os

711 retrocessos no campo da saúde e da educação possam compor uma única matéria,
712 sobre a conjuntura atual e seus retrocessos. 6) Luciana Stoppa dos Santos pondera
713 que nas últimas edições não realizaram nenhuma matéria sobre educação e que,
714 recentemente, o desmonte do SUS foi matéria de capa. Assim, defende que priorizem
715 trazer matéria sobre educação. Também considera que as questões ligadas à laicidade
716 e a Resolução CFP nº 01/99 estão relacionadas à autonomia profissional. Assim,
717 sugere que façam a defesa da Psicologia, enquanto ciência, e, assim, a defesa da
718 autonomia profissional. Também, entende importante trazerem um campo da
719 Psicologia que o CRP SP dialoga pouco, que é da “psicologia organizacional e do
720 trabalho”, trazendo o “coaching”, explorando a postura ética da/o psicóloga/o nesse
721 campo. 7) Cristina Fernandes relata que podem definir a prioridade, para ser matéria
722 de capa. 8) Beatriz Mattos, sobre laicidade, indica que podem trazer um panorama
723 sobre os eventos que estão ocorrendo a respeito desse tema, evidenciando as
724 discussões realizadas. 9) Luciana Stoppa sugere que a matéria sobre o COREP traga
725 um mapa sobre a quantidade de pessoas que já participaram, de eventos realizados,
726 número de propostas, etc. 10) Regiane Aparecida Piva pontua que a matéria sobre o
727 COREP não seja uma prestação de contas, mas que traga o modo de fazer
728 democrático. 11) Rodrigo Presotto propõe que a nota elaborada pelo Núcleo Saúde
729 seja divulgada no Jornal, não precisando fazer uma matéria específica sobre o
730 assunto, pois a Nota é complementar a matéria de capa de uma edição anterior sobre
731 o desmonte do SUS. **Encaminhamento:** O plenário acorda as pautas para as seções
732 do Jornal Psi, que devem transversalizar a defesa da autonomia profissional, da
733 seguinte forma: Capa: Educação; Subsedes: Subsede Alto Tietê; Perspectiva do
734 usuário: Práticas Integrativas e Complementares (PICs); Um dia na vida: Coaching;
735 Ética/Orientação: Trânsito; Matéria Especial: Laicidade; Mundo melhor: Relação de
736 adoecimento X Condições Sociais, considerando a Psicologia aparece na mídia
737 (estresse e depressão); Cotidiano: 10º COREP – Congresso Regional da Psicologia; e,
738 Artigo: Posicionamento elaborado pelo Núcleo Saúde sobre o SUS. Para a seção
739 Estante, Cristina Fernandes consultará o plenário posteriormente, mas as publicações
740 devem ter relação com os temas trazidos nesta edição. Indicativo que a próxima
741 edição traga matéria acerca da avaliação psicológica para porte de armas, para isso,
742 deve-se consultar a psicóloga Maria Cristina Maciel Pellini, porque é possível que a
743 avaliação deixe de ser necessária. Registra-se a sugestão de que possam ter seção
744 fixa sobre a Psicologia na mídia. **IX) ASSUNTOS FINANCEIROS – 9.1) Relatório de**

745 **Auditoria** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que receberam,
746 recentemente, o relatório da auditoria do exercício de 2017. Explica que demorou
747 porque havia encerrado o contrato do CFP com a empresa de auditoria e foi
748 necessário fazer nova licitação. Informa que esse Relatório será encaminhado para
749 todas/os e ser divulgado no Portal da Transparência. O documento e dividido em três
750 partes. Referente aos controles internos foi favorável, apenas com uma ressalva sobre
751 o sistema, que não está deixando evidente as anuidades das pessoas inadimplentes,
752 que é um problema, mas que não inviabiliza o funcionamento do CRP SP. As outras
753 duas partes, sobre a prestação de contas e sobre a consistência das informações de
754 patrimônio, financeiro e recursos humanos são favoráveis, sem ressalvas. **9.2)**
755 **Orçamento Programa** – Guilherme Raggi recorda que fizeram o Planejamento
756 Estratégico para 2019 em dezembro de 2018. Algum tempo depois, se reuniram com
757 Márcio Cruz, da empresa Usina, responsável pela mediação do PE. Somente recebeu
758 o material de volta da empresa esta semana e conseguiu preparar o material para esta
759 plenária na noite de ontem. Sobre o material que apresentará, conforme havia sido
760 apresentado em Assembleia Orçamentária, haverá uma verba disponível maior para as
761 ações políticas em relação a do ano passado, pois a expectativa é que a arrecadação
762 seja maior. Porém, apesar disso, o ano deste plenário será mais curto e precisam
763 deixar um valor reservado para a próxima gestão. Também, no ano de 2017 foram
764 realizadas menos ações do que o esperado. Para o cálculo de valor de um ano,
765 considera-se a série histórica. Assim, como expôs no ano passado, reforça que não
766 deixarão de fazer nenhuma ação, pois não há problema orçamentário, nesse sentido.
767 Apenas, precisarão remanejar os valores, se necessário. Porém, este ano acredita que
768 os dados estarão mais próximos à realidade. Relata que, no ano anterior, muitas
769 comissões e núcleos extrapolaram o valor orçado inicialmente, exatamente, devido ao
770 ano anterior ter sido de diminuição dos gastos. Considerando que o ano será mais
771 curto, estima-se, ainda assim, um gasto menor do que o realizado no ano passado.
772 Propôs um acréscimo de cerca de 10% a 15% para os custeios de cada coletivo. Para
773 as Comissões – COE, COF, CDH e CPP, que estão com ações maiores, propôs um
774 acréscimo de 20% a 25%. Reforça que muitas ações colocadas como ação política,
775 são ações de custeio e já estão contempladas na rubrica específica. Por isso, muitas
776 ações aparecem sem dotação orçamentária, pois entendem que não gerará custos
777 para além de ajudas de custo/diárias, que estão contemplados na rubrica de custeio.
778 Em diálogo com o coordenador administrativo-financeiro, Diógenes Pepe, entenderam

779 que o valor de R\$ 505.321,20 (quinhentos e cinco mil, trezentos e vinte e um reais e
780 vinte centavos) é suficiente para as ações políticas dos três primeiros meses da
781 próxima gestão. Com isso, para as ações contínuas R\$ 3.141.390,81 (três milhões,
782 cento e quarenta e um mil, trezentos e noventa reais e oitenta e um centavos).
783 Preveem gastos com as eleições de cerca de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), que
784 foi calculado com base nos gastos do processo eleitoral passado, excluindo alguns
785 gastos que não haverá mais, uma vez que houve mudança nas formas de votação.
786 Para o COREP, utilizaram como referência o gasto da edição anterior. No entanto, a
787 última edição foi bastante custosa, com locação de um espaço muito grande. Para esta
788 edição, possivelmente, utilizarão a Universidade São Judas Tadeu, sem custos, sendo
789 que locação de espaço, em geral, representa o maior gasto com o COREP. Apesar de
790 ser um evento grande, o foco deste ano, o COREP recebeu um aporte menor do que a
791 edição anterior. O valor orçado é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mas
792 consideram a possibilidade de o gasto efetivo ser bem menor. Relata que há muitas
793 propostas de publicações. Propõe: 1) Que centralizem o centro de custo das
794 publicações na Comissão de Comunicação, até para que possa providenciar a
795 identidade visual dessas publicações, mas também organizar a licitação. Acredita que
796 isso facilitará a organização. Com base nas ações de publicações planejadas,
797 estimaram R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Com isso, podem fazer uma única
798 licitação, com entregas programadas. Para isso, precisam que as identidades visuais e
799 materiais sejam semelhantes. 2) O plenário faz, muitas vezes, eventos que são
800 concorrentes, o que faz com que percam a possibilidade de maior aglutinação da
801 categoria. Discutiram com os mediadores do PE a possibilidade de fazerem uma
802 “Mostra Paulista de Psicologia”, uma vez que muitos núcleos, comissões e subsedes
803 estão planejando fazer mostra de práticas psicológicas em seus territórios ou focada
804 em seus temas. A CPP fará uma Mostra em maio e talvez possam pensar em outra
805 mostra, da Comissão de Direitos Humanos e dos núcleos a ela ligados em junho ou
806 julho, como fechamento da gestão. Acredita que não conseguirão discutir isso nesta
807 oportunidade, mas podem já deixar provisionada a verba e rediscutem o assunto no
808 próximo mês. Ressalta que este ano não haverá celebração direta do “Dia da
809 Psicóloga”, devido às eleições e a Mostra pode ter esse caráter. 3) Pontua que muitas
810 ações estão sem dotação orçamentária por diversas razões: a ação seria realizada
811 fora do tempo desta gestão; os eventos preparatórios que foram planejados por alguns
812 núcleos, mas que devem ter seus gastos centralizados no centro de custo do COREP;

813 e, eventos planejados que poderiam ser contemplados na Mostra que ele sugeriu.
814 Algumas ações de COE e COF que convergem, como capacitação acerca das
815 Resoluções que serão lançadas e de orientação externa. Bem como as estratégias,
816 como produção de vídeo, que são feitos internamente, também ficaram sem dotação
817 orçamentária. Considerações do plenário: 1) Edgar Rodrigues questiona se o fato de
818 não ter valor nenhum orçado para algumas ações não pode ser um problema, caso
819 tenham algum gasto. Sugere que se destine o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais)
820 e, se necessário, se faça a realocação de recursos. 2) Guilherme Raggi pontua que
821 não há verba suficiente para alocar R\$1.000,00 (mil reais) em cada uma dessas ações.
822 Recorda que no último Orçamento Programa não havia um grande valor para ações
823 políticas das subsedes. Para este, está propondo um aumento desse valor, ou um
824 valor mínimo, para os casos onde não havia previsão orçamentária. Não há grandes
825 dotações para as subsedes, porque as ações propostas, em geral, têm centro de
826 custos próprias. A divisão de valores no centro de custo é uma forma de se
827 organizarem, mas todo o dinheiro parte de um mesmo lugar e, por isso, é possível
828 fazer remanejamentos depois. Ressalta que este não é o Orçamento Contábil, que é
829 mais complexo de ser alterado. 3) Regiane Piva não concorda que não haja destinação
830 orçamentária para as ações propostas de capacitação sobre as Resoluções e, a ideia,
831 é que sejam feitas de forma descentralizada. Questiona se ações da COF foram
832 excluídas durante o PE e, em caso positivo, quais foram e sob quais justificativas.
833 Ressalta que não há como o CRP SP se furtar de prestar orientação sobre as novas
834 resoluções. 4) Guilherme Raggi ressalta que, assim como foi feito no ano passado, é
835 possível um núcleo realocar valores entre as ações sob sua gerência. 5) Maria Rozinetti
836 Gonçalves relata que no PE foi feito um combinado de excluir as pequenas ações,
837 pensando nas grandes que dessem visibilidade às defesas do CRP e que surtisses
838 maior impacto. Não recorda, exatamente, quais ações de COF foram excluídas, mas
839 sabe que os grupos do PE fizeram o esforço em focar nas grandes ações.
840 **Encaminhamento:** 1) O plenário acorda que haja uma única rubrica, em relação às
841 publicações, de gestão da Comissão de Comunicação. 2) A proposta de “Mostra
842 Paulista de Psicologia” deverá ser rediscutida na Plenária Ordinária de fevereiro. 3)
843 Aprova-se o Orçamento Programa apresentado pelo conselheiro tesoureiro, Guilherme
844 Rodrigues Raggi Pereira. **X) RECOMPOSIÇÕES** – Apresenta-se as propostas de
845 recomposição. **Encaminhamento:** O plenário aprova, em bloco, as recomposições
846 propostas: **Comissão Gestora Metropolitana** – Alteração de subcoordenadora para

847 membra de Zilma Silva dos Santos Nascimento (279985), alteração de membra para
848 subcoordenadora de Jumara Van De Velde (06/7616) e inclusão de Débora Laís Silva
849 de Oliveira (06/131946) como membra. **Comissão de Ética: Subsede de Ribeirão**
850 **Preto** – Inclusão da colaboradora para oitiva Emanoela Priscila Toledo Arruda
851 (06/107551). (06/132287). **Comissão de Orientação e Fiscalização - Sede** – Inclusão
852 de Marina Soares Tavares (06/121504) como colaboradora e exclusão da membra
853 Maria Tereza Campos (06/4005). **Núcleo Criança e Adolescente - Subsede de Bauru**
854 – Exclusão das membras Fernanda Alves da Silva (06/120845) e Maria Orlene Daré
855 (06/3330). **Núcleo Emergência e Desastre** - Exclusão de Carlos Eduardo do Carmo
856 Oliveira (06/77717) da coordenação. **Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** –
857 Inclusão de Carolina Alves Silva (06/141354) como membra. **Núcleo de Justiça** -
858 **Subsede de Ribeirão Preto** – Inclusão de Bruno de Paula Rosa (06/89639) e Fernanda
859 Neisa Mariano (06/55772) como colaboradores. **Núcleo Psicologia e Relações**
860 **Étnico Raciais - Subsede Metropolitana** – Inclusão de Jéssica Tomaz da Costa Silva
861 (06/129806) como membra. **Núcleo Saúde - Subsede de Campinas** – Inclusão de Ed
862 Carlos Correa de Faria (06/109996) como membro. **Núcleo Psicologia**
863 **Organizacional e do Trabalho - Subsede de Ribeirão Preto** – Inclusão de Carolyne
864 Barbosa Vitorazzi (06/131170) como membra. **GT Formação - Subsede de Ribeirão**
865 **Preto** – Exclusão da membra Gabriela de Oliveira Zin (06/139524). **Subsede Baixada**
866 **Santista e Vale do Ribeira** – Inclusão de Mary Ueta (06/64673) como membra. Nada
867 mais havendo a tratar, a senhora conselheira vice-presidenta Maria Rozineti
868 Gonçalves, deu por encerrada a sessão às 17 horas e 30 minutos, da qual eu,
869 conselheira secretária, Suely Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e
870 aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, 12 de janeiro de 2019.

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozineti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

Beatriz Marques de Mattos

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Mary Ueta

Rodrigo Fernando Presotto